

## **CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 17 / 2025**

### **CARGO**

# **TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS**

#### **INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS**

- Verifica se este caderno contém 25 questões. Caso não contenha, solicita imediatamente ao fiscal de sala outro caderno.
- Dispõe de 2 horas para responder a todas as questões e preencher o cartão-resposta.
- Para cada questão, existe apenas uma resposta certa.
- Podes utilizar a grade ao final do caderno para marcar previamente as respostas.
- Ao transcrever as respostas para o cartão-resposta, preencha totalmente o círculo com caneta esferográfica com tinta preta ou azul.
- Não permitido o uso de caneta porosa ou corretivo.
- Dispositivos eletrônicos e relógios devem estar dentro do envelope devidamente identificado e lacrado.
- Para te diriges ao fiscal, ergue o braço e aguarda o atendimento.
- Não é permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico dentro do prédio de provas, mesmo após a entrega da prova.
- Durante a realização da prova, não é permitida a consulta em materiais impressos ou em dispositivos eletrônicos, nem o uso de protetor auricular, fones de ouvido, prótese auditiva, óculos com lentes escuras, relógio ou qualquer acessório na cabeça.
- É proibido fumar no interior do prédio de provas.
- O cartão-resposta, se danificado pelo candidato, não será substituído.
- A entrega da prova só poderá ocorrer depois de transcorrida 1 hora do horário de início.
- Ao término da prova, o cartão-resposta deve ser entregue ao fiscal.
- Após a entrega da prova, não é permitida a permanência do candidato no prédio de aplicação da prova, nem o uso dos sanitários.
- Será excluído do concurso o candidato que agir com incorreção ou descortesia com qualquer pessoa da equipe ou com outro candidato.
- Os dois últimos candidatos que permanecerem em sala de prova só poderão retirar-se conjuntamente e após assinarem a ata de presença.

1. Na perspectiva de Cunha (2022), os indicadores de inovação pedagógica envolvem:

I - Ruptura com a forma tradicional de ensinar e aprender e/ou com os procedimentos acadêmicos inspirados nos princípios positivistas da ciência moderna.

II - Gestão participativa, por meio da qual os sujeitos do processo inovador são protagonistas da experiência, desde a concepção até a análise dos resultados.

III - Protagonismo, compreendido como a participação dos docentes nas decisões pedagógicas, valorização da produção pessoal, original e criativa dos professores, estimulando processos intelectuais mais complexos e não repetitivos.

IV - Reorganização da relação teoria/prática, rompendo com a clássica proposição de que a teoria precede a prática, dicotomizando a visão de totalidade.

V - Perspectiva orgânica no processo de concepção, desenvolvimento e avaliação da experiência desenvolvida.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- a) I, II, IV e V.
  - b) I, III, IV e V.
  - c) Todas as afirmativas.
  - d) II, III, IV e V.
  - e) I e II apenas.
- 

2. Analisa as alternativas abaixo e assinala a que apresenta a afirmativa INCORRETA, considerando o artigo de Gonçalves (2015), sobre o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:

a) Predominantemente no país a extensão consolidou-se como um dos tripés da missão da Universidade, talvez um pouco voltada a si mesma, ocupada em buscar o mesmo status de reconhecimento do Ensino e da Pesquisa, já consolidados historicamente e institucionalmente. O que pode ser considerado como uma estratégia para posterior avanço no diálogo com o Ensino e a Pesquisa.

b) A proposição da indissociabilidade como efetivo princípio formativo envolve duas dimensões mais diretas (mas não únicas), nas Universidades: a prática docente e a flexibilização curricular.

c) O princípio da indissociabilidade ainda não está consolidado na Universidade, como princípio filosófico, político, pedagógico e metodológico necessário, que permeie e integre efetivamente Ensino, Pesquisa e Extensão.

d) A Extensão surge como uma forma de estender o conhecimento para a sociedade, ela foi compreendida no Brasil, oficialmente e por décadas, como um caminho de divulgação de conhecimento ou de cultura ou prestação de serviço.

e) O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não pode ser pensado de forma isolada, como um fim em si mesmo. Ele decorre de discussões acerca da consolidação de um determinado projeto de universidade, cuja formação e produção de conhecimento dialogassem, de forma inexorável, com os demais segmentos da sociedade.

---

3. A Política de Extensão da FURG, instituída pela Resolução CONSUN/FURG nº 27/2015, em seu art. 3º define as áreas temáticas da extensão. Nas alternativas abaixo, a área temática que NÃO faz parte do escopo da Política de Extensão da FURG é:

- a) Comunicação.
  - b) Interação.
  - c) Educação.
  - d) Saúde.
  - e) Trabalho.
-

4. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028, construído coletivamente com a comunidade acadêmica no intuito de estabelecer o rumo desta Universidade, apresenta os objetivos, metas e ações da FURG para os próximos anos e está organizado em eixos temáticos. As alternativas abaixo apresentam Eixos temáticos do PDI, EXCETO a alternativa:

- a) Ensino, Pesquisa, Inovação Tecnológica, Extensão, Gestão de Pessoas, Infraestrutura, Gestão Ambiental, Tecnologia da Informação.
  - b) Ensino, Pesquisa, Inovação Tecnológica, Extensão, Ciência da Informação, Comunicação Institucional, Gestão Ambiental, Governança, Riscos e Integridade.
  - c) Ensino, Pesquisa, Inovação Tecnológica, Extensão, Inclusão e Diversidades, Tecnologia da Informação, Ciência da Informação, Infraestrutura.
  - d) Ensino, Pesquisa, Inovação Tecnológica, Extensão, Inclusão e Diversidades, Administração Pública, Cultura, Assuntos Estudantis.
  - e) Ensino, Pesquisa, Inovação Tecnológica, Extensão, Cultura, Assuntos Estudantis, Gestão Ambiental, Gestão de Pessoas.
- 

5. Quanto às diretrizes da Política Institucional de Inovação Pedagógica e Flexibilização Curricular da FURG (Resolução COEPEA/FURG nº 230/2024), analise as afirmações abaixo e assinale V (verdadeiro) ou F (falso):

- ( ) Integração e articulação entre os diversos sujeitos para inovação pedagógica e flexibilização curricular.
- ( ) Alinhamento com as ações que envolvem o enfrentamento à evasão, a retenção e o ingresso na Universidade.
- ( ) Diálogos e partilha de saberes com a comunidade externa.
- ( ) Fomentar a flexibilização curricular e inovação pedagógica dos cursos de graduação da FURG.
- ( ) O entendimento de que a diversidade de áreas de formação e de interesses dos discentes, expressa na autonomia na escolha de percursos formativos, pode contribuir para a permanência na Universidade.

A sequência CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V, F, V, V, F.
  - b) F, V, F, F, V.
  - c) V, V, V, F, F.
  - d) V, F, F, V, V.
  - e) F, V, V, F, F.
- 

6. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9394/1996, em seu art. 43, institui as finalidades da educação superior. Analise as alternativas abaixo e assinale a que NÃO corresponde a uma dessas finalidades:

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.
  - b) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.
  - c) Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
  - d) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.
  - e) Compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores em que se fundamenta a sociedade.
-

7. A inserção curricular da extensão nos cursos de graduação da FURG, regulamentada pela Instrução Normativa conjunta PROEXC/PROGRAD nº 1/2022, é caracterizada, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), conforme descrito abaixo:

I - Componentes criados com 100% da carga horária destinada à extensão, para organização da oferta, via matrícula, que formalizam a participação da(o) estudante por meio de modalidades previstas no art. 4º desta Instrução Normativa.

II - Disciplinas com carga horária parcial destinada às ações de extensão, desde que estejam vinculadas a uma das modalidades descritas no art. 4º da respectiva Instrução Normativa.

III - Ações de extensão oferecidas pela Unidade Acadêmica ou realizadas pela(o) estudante em outras Unidades ou em outras Instituições, e que não estejam contempladas no componente previsto no Inciso I, cuja carga horária, definida no PPC, poderá ser computada para fins de curricularização, mediante comprovação.

IV - Para fins de curricularização, a(o) estudante deverá, obrigatoriamente, compor a equipe executora da ação extensionista.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- a) I, II e III.
  - b) I, II e IV.
  - c) II e III apenas.
  - d) I, III e IV.
  - e) Todas as afirmativas.
- 

8. Segundo a Resolução CONSUN/FURG nº 27/2015, que dispõe sobre a Política de Extensão da FURG, é um dos objetivos da Extensão Universitária:

- a) Promover o engajamento dos diferentes sujeitos (docentes, gestores, técnicos e estudantes) na constituição, no desenvolvimento e no aperfeiçoamento dos currículos.
  - b) Ampliar a promoção das atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação, difusão e fruição cultural e artística.
  - c) Incitar as Unidades Acadêmicas e Coordenações de Curso à revisão periódica dos currículos dos cursos de graduação, de forma a qualificar os processos pedagógicos.
  - d) Consolidar as práticas de segurança da informação.
  - e) Democratizar o acesso à educação pública federal.
- 

9. De acordo com Pletsch e Melo (2021), ao tratarem sobre acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, é INCORRETO afirmar que:

- a) Até a década de 1990, a deficiência era compreendida a partir do modelo médico, de caráter biologizante. Desde então, o que predomina é o modelo social e de direitos, amplamente usado pelos pesquisadores da área no Brasil em nível internacional.
  - b) De acordo com a LBI (Lei Brasileira de Inclusão), o desenho universal é definido como “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de acessibilidade ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva”.
  - c) As dificuldades para a implementação e execução das atribuições designadas aos Núcleos de Acessibilidade nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) são de diversas naturezas, a saber: formativas, orçamentária, gestão de pessoas e estruturais.
  - d) O Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBRM) é um instrumento que avalia a deficiência, conforme prevê o Parágrafo 2º da Lei Brasileira de Inclusão. O instrumento contempla as dimensões educativas que precisam ser avaliadas pelas bancas de verificação.
  - e) Conceitos como classe, raça e gênero, entre outros, têm de ser levados em conta na construção de políticas institucionais.
-

10. Sobre o conceito de "raça" exposto por Gomes (2005), analise as afirmativas abaixo e assinale V (verdadeiro) ou F (falso):

( ) O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e biológica do referido termo.

( ) Nesse contexto, podemos compreender que as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico.

( ) Quando não refletimos seriamente sobre essa situação e, quando a sociedade constrói formas, ações e políticas na tentativa de criar oportunidades iguais para negros e brancos, entre outros grupos raciais, nos mais diversos setores, estamos contribuindo para a reprodução do racismo.

( ) O racismo, no Brasil, afirma-se através da sua própria negação.

( ) Após a abolição, o Estado brasileiro assumiu uma posição de "suposta neutralidade" política, o que contribuiu ainda mais para aumentar as desigualdades e o racismo.

A ordem CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) F, V, F, V, V.
  - b) F, F, V, F, V.
  - c) F, V, F, V, F.
  - d) V, V, V, F, F.
  - e) V, F, V, V, F.
- 

11. Considerando a perspectiva de Gomes (2005) sobre os conceitos de "racismo", "preconceito racial" e "discriminação racial", analise as afirmativas abaixo:

I - O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo etc.

II - O racismo é um conjunto de ideias e de imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.

III - O preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam um papel social insignificativo.

IV - O racismo é um sistema de crenças que se baseia em padrões de comportamento.

V - A discriminação racial é a adoção de práticas que efetivam o racismo e o preconceito racial.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- a) I, II e IV.
  - b) I e II apenas.
  - c) I, II e V.
  - d) III e V.
  - e) Todas as afirmativas.
-

12. Segundo Gonçalves (2021), ao discorrer sobre ações afirmativas e sobre o mito da democracia racial, é CORRETO afirmar que:

- a) Seu objetivo é oferecer um tratamento igualitário que compense, se assim se pode dizer, as desvantagens acumuladas historicamente devido ao racismo e a outras formas de discriminação.
- b) O mito da democracia racial foi a forma utilizada pelo Estado para se abster da responsabilidade advinda das diferenças sociais e raciais na sociedade. A partir dele, o país ganhou destaque internacional, passando a ser considerado um paraíso racial, em que negros, índios e brancos viviam em grande harmonia, em especial no cenário pós-guerra, em que vários países enfrentavam problemas raciais e sociais.
- c) Estas ações pressupõem o reconhecimento da igualdade entre os diferentes grupos étnicos, afetados pelas políticas públicas universais sob a pretensa ideia de que “todos somos iguais perante a lei”.
- d) Estas ações perpassam apenas as políticas educacionais e de trabalho, responsabilizando o governo federal pelo incentivo à inserção de grupos que vivem à margem dos preceitos constitucionais e que, portanto, necessitam dessas medidas como estímulo à sua sobrevivência.
- e) O mito da democracia racial foi elaborado, na década de 1950, por intermédio de pesquisas financiadas pela UNESCO a pesquisadores da Escola da USP, criando a ideia de um país sem preconceito.

---

13. De acordo com as ações previstas no Capítulo II - “Da prevenção à prática de assédio, discriminação ou outras formas de violência” - da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio, da Discriminação e de Outras Formas de Violência na Universidade Federal do Rio Grande – FURG (Resolução CONSUN/FURG nº 15/2023), analise as afirmativas abaixo:

I - Manter formação dos membros da comunidade interna, facultativa, para pessoas envolvidas nas atividades de gestão, por meio de seminários, oficinas, cursos e outras atividades voltadas à discussão, sensibilização, prevenção e inclusão social.

II - Desenvolver processo educacional de prevenção contínuo através da elaboração de materiais informativos e educativos; realização de eventos e campanhas de comunicação para difusão junto a todos os segmentos acadêmicos.

III - Promover o acolhimento e orientação ao(à) denunciante.

IV - Garantir o registro das denúncias de assédio, discriminação e outras formas de violência em banco de dados, respeitando os níveis de segurança da informação aplicada, e a partir da análise institucional das informações produzidas, propor ações de prevenção.

V - Criar ambientes inclusivos e respeitosos a partir da adoção de medidas implícitas para alcançar maior igualdade de gênero e raça/etnia na ocupação de cargos na Instituição, e, assim, melhorar a representatividade em todos os níveis institucionais.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- a) I, II e V.
- b) I, III e IV.
- c) III, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) Todas as afirmativas.

14. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), analise as afirmativas abaixo:

I - Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

II - A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

III - A avaliação biopsicossocial considerará os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores ambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a possibilidade de participação.

IV - Inclusão é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

V - As barreiras podem ser de ordem urbanística, arquitetônica, nos transportes, nas comunicações e na informação, além de atitudinal e tecnológica.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- a) II, III e V.
- b) I, III e IV.
- c) III, IV e V.
- d) I, II e V.
- e) I, II e IV.

---

15. Considerando a Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Rio Grande – FURG (Resolução CONSUN/FURG nº 46/2024), é CORRETO afirmar:

a) Capacitismo: discriminação em razão da deficiência, definida, nos termos da Política de prevenção e enfrentamento do assédio, discriminação e outras formas de violência da FURG, como toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

b) Educação especial: constitui um paradigma educacional e de política pública fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e que implica uma mudança estrutural e cultural do ambiente universitário para que todos tenham suas especificidades atendidas.

c) Tecnologias assistivas: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à deficiência e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

d) Educação inclusiva: uma área de conhecimento e modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades educacionais, cuja atuação, na educação superior, efetiva-se por meio da oferta de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade atitudinal, arquitetônica e urbanística, comunicacional e informacional, curricular e pedagógica, com o intuito de promover o acesso, a permanência e a participação da comunidade universitária em todas as atividades acadêmicas que envolvam o ensino, a pesquisa, a extensão, a gestão, a cultura e a inovação.

e) Pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, exceto idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.

## **TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS**

16. A Política de Ações Afirmativas da FURG (Resolução CONSUN/FURG nº 45/2024) orienta-se pelos princípios definidos no Estatuto e demais normas institucionais, pelos princípios referidos aos Direitos Humanos, pelos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e do acesso democrático à universidade pública. São também princípios da presente Política:

- ( ) Eliminação das violências e desigualdades socioeconômicas, de gênero, raça, etnia e deficiência.
- ( ) Transparência, participação e controle social.
- ( ) Valorização das contribuições sociais e acadêmicas das pessoas destinatárias desta política.
- ( ) Respeito à autodeterminação, à integridade e à plena efetividade dos direitos estatuídos em lei.
- ( ) Inclusão no ingresso, na permanência e no acesso às oportunidades.

Considerando V (verdadeiro) e F (falso), a ordem CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) F, V, F, V, F.
- b) F, F, V, F, V.
- c) V, V, F, F, F.
- d) V, V, V, F, V.
- e) V, V, V, V, F.

---

17. O fenômeno da evasão na educação superior aparece como um dos índices que mobiliza o Ministério da Educação na construção de políticas públicas para o ensino superior. No entanto, Coimbra; Silva e Costa (2021) revelam que as análises de especialistas e os documentos oficiais têm evidenciado divergências nas definições do fenômeno. De acordo com os(as) autores(as), é CORRETO afirmar:

- a) Os limites das definições vigentes acerca da evasão no ensino superior federal reforçam a importância de uma definição que priorize suas relações com a comunidade acadêmica.
- b) Boa parte da bibliografia especializada na evasão analisa a sua ocorrência à luz das finalidades da educação superior, restringindo sua reflexão à manutenção do vínculo com um curso, uma instituição ou um sistema.
- c) A bibliografia especializada e os marcos regulatórios apontam para definições genéricas do conceito de evasão, reunindo fenômenos de natureza diferentes, via de regra, enfatizando as formas e negligenciando as razões que animam o desligamento dos estudantes.
- d) A mensuração da evasão quantificará o fenômeno que for definido como evasão, por isso é importante observá-la a partir de suas causas, separando o que seriam problemas de ordem pessoal a serem enfrentados.
- e) Uma sugestão de nomenclatura alternativa seria utilizar o termo “evasão para inserção”, definindo o fenômeno da evasão como a perda de vínculo que se apresenta como um problema social, um fracasso institucional, uma incapacidade do Estado de garantir o acesso a um direito.

---

18. Com base no art. 5º da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É assegurado o direito à liberdade de expressão, ressalvadas as manifestações de ideias consideradas ofensivas ou inconvenientes.
- b) A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.
- c) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, garantida a de caráter paramilitar mediante autorização judicial.
- d) É permitida a prisão de qualquer pessoa com base em suspeita de prática de crime, independentemente de ordem judicial.
- e) Todos têm direito a receber tratamento igualitário na esfera civil, não abrangendo relações administrativas ou trabalhistas.

19. Mesmo sendo mapeadas as causas da evasão no ensino superior brasileiro, com destaque para os fatores financeiros, acadêmicos e aspectos psicológicos e individuais, o seu enfrentamento ainda não alcançou os resultados perspectivados em políticas públicas (Santos *et al*, 2024). Com base nesse contexto de análise, é INCORRETO afirmar:

- a) O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Programa Universidade para Todos (Prouni) são exemplos de políticas públicas voltadas para a democratização do ensino superior que merecem destaque na ampliação do acesso à educação superior no Brasil.
  - b) O processo de expansão no acesso ao ensino superior no Brasil, ocorrido na década de 2000, acompanhou um relativo crescimento da taxa de concluintes, principalmente das camadas socialmente marginalizadas.
  - c) As formas de ingresso na universidade podem representar um dos fatores que influenciam nas taxas de evasão.
  - d) A evasão é algo que afeta a sociedade. A perda de estudantes que não concluem seus cursos representa um desperdício social, acadêmico e econômico.
  - e) O afastamento definitivo do estudante de determinada oferta educacional é resultado de inúmeros fatores (pessoais, econômicos, sociais, familiares e institucionais) que se potencializam mutuamente até resultarem na evasão.
- 

20. De acordo com o art. 51 da Lei nº 8.112/1990, constituem indenizações ao servidor público:

- I - Adicional noturno.
- II - Diárias.
- III - Auxílio-moradia.
- IV - Transporte.
- V - Gratificação natalina.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- a) II, III e V.
  - b) I, II e IV.
  - c) II, III e IV.
  - d) I, III e V.
  - e) Todas as afirmativas.
- 

21. De acordo com o art. 94 da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o afastamento do servidor para exercício de mandato eletivo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O servidor investido em mandato de Prefeito será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
  - b) O servidor investido em mandato de Vereador será afastado do cargo, sendo-lhe vedado o exercício cumulativo das duas funções em qualquer hipótese.
  - c) O servidor investido em mandato de Deputado Federal, Estadual ou Distrital poderá exercer cumulativamente o mandato e o cargo público, recebendo ambas as remunerações.
  - d) O servidor eleito para mandato de Prefeito ou Vereador será automaticamente exonerado do cargo público, sem direito à opção de remuneração.
  - e) O servidor que se candidatar a mandato eletivo deverá ser afastado imediatamente após o registro da candidatura, independentemente de o cargo ser de direção, de chefia ou de assessoramento.
-

22. Considerando a Resolução COEPEA/FURG nº 129/2023, que dispõe sobre a Regulamentação do Programa Institucional de Acompanhamento e Enfrentamento da Evasão e Retenção nos Cursos de Graduação, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) sobre as competências da Comissão para Acompanhamento da Evasão e Retenção da Unidade Acadêmica:

- ( ) Identificar o perfil dos estudantes ingressantes, evadidos e retidos por curso, de forma que seja possível o desenvolvimento de ações específicas de prevenção à evasão e à retenção.
- ( ) Gerenciar a execução do Programa, sendo responsável pela sua atualização e aprimoramento.
- ( ) Deliberar sobre as metodologias que serão utilizadas no acompanhamento do desenvolvimento do Programa.
- ( ) Analisar os relatórios anuais dos cursos da Unidade.
- ( ) Atuar na sensibilização e na conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância da participação de todos na redução dos índices de evasão e retenção da Unidade.

A ordem CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V, F, F, V, F.
  - b) V, V, F, V, F.
  - c) F, V, V, F, V.
  - d) V, F, F, V, V.
  - e) F, V, V, V, F.
- 

23. A Constituição Federal de 1988 institui o Sistema Nacional de Cultura (art. 216-A), organizado em regime de colaboração entre os entes federativos e a sociedade. De acordo com este dispositivo, analise as seguintes afirmativas:

I - O Sistema Nacional de Cultura é um conjunto de políticas e de ações restrito à União, destinado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

II - O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura.

III - Um dos princípios que rege o Sistema Nacional de Cultura refere-se à democratização dos processos decisórios com participação e controle social.

IV - O Sistema Nacional de Cultura tem por objetivo substituir os conselhos e conferências de cultura estaduais e municipais por um modelo único de deliberação federal.

V - A estrutura do Sistema Nacional de Cultura institui uma forma colaborativa e participativa de gestão, com prerrogativa exclusiva do Ministério da Cultura no que se refere à definição das diretrizes e repasse de recursos aos demais entes.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- a) II, III e V.
  - b) I, II e IV.
  - c) I e III apenas.
  - d) I, IV e V.
  - e) II e III apenas.
-

24. O Decreto nº 9.991/2019 institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP). Quanto às diretrizes e às finalidades dessa política, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A capacitação de servidores deve ser entendida como um instrumento de desenvolvimento organizacional voltado à valorização do mérito individual.
  - b) O PNDP tem como finalidade promover o desenvolvimento pessoal dos servidores públicos, priorizando cursos de livre escolha em programas de pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*, exceto pós-doutorado.
  - c) O PNDP visa promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
  - d) A participação dos servidores em ações de desenvolvimento é facultativa e independe de planejamento anual ou de autorização da chefia imediata.
  - e) O PNDP tem como finalidade promover o desenvolvimento dos servidores públicos, priorizando o exercício de cargos em comissão e funções de confiança dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 

25. O art. 8º da Lei nº 13.005/2014 dispõe sobre a implementação e o acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE). Considerando este dispositivo, analise as seguintes afirmativas:

I - O PNE deve ser executado exclusivamente pela União, cabendo aos Estados e aos Municípios apenas o papel de fiscalização e controle dos recursos federais.

II - A Lei nº 13.005/2014 determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborem seus respectivos planos de educação em consonância com as diretrizes, metas e estratégias do PNE, no prazo de dois anos a partir de sua publicação.

III - Os entes federados estabelecerão estratégias que assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais.

IV - Os processos de elaboração e de adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

V - Os planos estaduais e municipais de educação devem ter vigência de cinco anos, de modo a permitir a revisão periódica das metas nacionais.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- a) II e III.
- b) III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) III, IV e V.
- e) IV e V.